

ESCLARECIMENTOS SOBRE INFORMAÇÕES DIFUNDIDAS NA SEQUÊNCIA DA PUBLICAÇÃO, PELO CONSELHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS, DAS “PERSPETIVAS ECONÓMICAS E ORÇAMENTAIS 2020-2022”

A propósito das informações hoje difundidas na sequência da publicação, pelo Conselho das Finanças Públicas, das “Perspetivas Económicas e Orçamentais 2020-2022”, o Fundo de Resolução esclarece o seguinte:

1. O Fundo de Resolução e o Novo Banco iniciaram um procedimento arbitral com vista a esclarecer o tratamento que devem merecer, à luz do Acordo de Capitalização Contingente celebrado entre ambos, os efeitos decorrentes da intenção do Novo Banco em prescindir do regime transitório de que atualmente beneficia e que visa reduzir o impacto da introdução da IFRS 9 sobre os fundos próprios das instituições de crédito.

Esta questão enquadra-se no âmbito da execução do Acordo de Capitalização Contingente, que fixa em 3.890 milhões de euros o montante máximo de pagamentos a realizar pelo Fundo de Resolução.

Assim, mesmo que o procedimento arbitral viesse a ter um desfecho desfavorável para as pretensões do Fundo de Resolução, os seus efeitos seriam incluídos no limite máximo de 3.890 milhões de euros previsto no Acordo de Capitalização Contingente.

O procedimento arbitral referido não representa, portanto, risco adicional face ao limite de 3.890 milhões de euros.

Este esclarecimento foi já transmitido pelo Fundo de Resolução ao Conselho das Finanças Públicas.

2. O pagamento realizado pelo Fundo de Resolução ao Novo Banco, no passado mês de maio, no montante de 1.035 milhões de euros, resulta da execução dos acordos celebrados em 2017, no quadro da venda de 75% da participação do Fundo de Resolução no Novo Banco, e respeitou todos os procedimentos e limites aí definidos.

O limite anual de 850 milhões de euros aplica-se ao valor dos empréstimos do Estado ao Fundo de Resolução. Esse limite foi respeitado, contrariamente ao que se refere hoje em alguns órgãos de imprensa na sequência da publicação do relatório do Conselho das Finanças Públicas, mas sem qualquer suporte nesse relatório, que nada refere a este respeito.

4 de junho de 2020